

Bolsonarismo e território digital: uma análise geográfica e antropológica a partir da netnografia

SP.44: Democracia en peligro: proyectos políticos en disputa y alternancias en gobiernos latinoamericanos – ¿Qué hay de nuevo?

Ponentes

Nombre	Pertenencia Institucional
Wesley Silva	Instituto Federal do Pará - IFPA
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar	Instituto Federal do Pará

Creditos Adicionales

Nombre	Pertenencia institucional	Pais
Márcia França	Instituto Federal do Pará	Brasil

INTRODUÇÃO

A última década no Brasil foi marcada por sucessivas crises, entre elas econômica, política e institucional, que resultaram em grandes manifestações sociais, impeachment e uma polarização política que atravessa todos os campos sociais. Foi neste contexto que ascendeu à presidência da República o ex-militar e deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que obteve quase 58 milhões de votos nas eleições majoritárias de 2018.

Bolsonaro ganhou grande visibilidade na mídia através do que Schwarcz (2019) define como “populismo digital”, especialmente nas mídias digitais, em particular as redes sociodigitais mais populares como Facebook e WhatsApp, ou seja, no ciberespaço, onde expandiu sua base eleitoral e, conseqüentemente, chegou ao cargo de presidente da república em uma eleição totalmente polarizada.

A partir da difusão de notícias falsas nas redes sociais, também conhecidas como *fake news*, discursos violentos contra seus opositores e medidas superficiais para resolver as problemáticas sociais que assolam a população brasileira, Bolsonaro e seus apoiadores fizeram das redes sociodigitais uma verdadeira ferramenta política de articulação e organização, visando defender seus interesses políticos, econômicos e uma cosmovisão de mundo autoritária e conservadora, criando territorialidades subjetivas e espaciais (MALHEIRO, 2022).

A partir de inquietações e reflexões teórico-conceituais acerca do ciberespaço e sua utilização como ferramenta política, este trabalho, que tem origem em um projeto de iniciação científica desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa em Educação e Cibercultura do Instituto Federal do Pará, propomos a discutir a relação das mídias digitais, com ênfase para as redes sociais, com o “bolsonarismo”, base eleitoral de Jair Bolsonaro. A partir do diálogo com a Geografia Política e com a Geografia da Internet, discutiremos como o ciberespaço, uma totalidade virtual, ao ser apropriado por determinados grupos sociais, passa a ser compreendido como território digital (DUARTE, 1999).

Para esta discussão realizamos, metodologicamente, um levantamento bibliográfico com vistas a compreender os principais conceitos do trabalho, sendo eles: “ciberespaço”, “território digital”, “bolsonarismo”. Além disso, seguiremos a perspectiva geográfica para discutirmos a relação das redes sociodigitais e o bolsonarismo, uma vez que o ciberespaço não é um espaço paralelo ao espaço geográfico, mas, sim, um espaço que surge a partir da

especialização da técnica geoespacializada fisicamente (ISRAEL, 2021).

Este trabalho está dividido em 3 seções. Em sua primeira seção, discutiremos a origem do conceito de ciberespaço e sua relação com a materialidade do espaço geográfico. Na segunda seção, discutiremos como se dá a formação do território digital a partir de suas características geográficas. Nesta seção, debateremos a relação do espaço virtual – território digital – e sua relação com o populismo digital expressado pelo bolsonarismo. Na terceira seção, abordaremos a influência das jornadas de junho para a ascensão do bolsonarismo e a instauração do caos político no Brasil. Na quarta e última seção, mergulharemos na discussão acerca do bolsonarismo a antriestrutura, sua aversão e seus impactos para a democracia brasileira.

Por fim, nas considerações finais, sintetizaremos como ciberespaço possibilitou a territorialização do bolsonarismo, a formação de grupos dentro das redes sociodigitais e a atuação política dos mesmos, sobretudo pela internet possibilitar, por meio das plataformas de comunicação, a cultura da liberdade e da prática autônoma dos indivíduos, visto que, em sua gênese, a tecnologia da internet incorpora a cultura da liberdade, principalmente por conta de sua técnica aberta, como os casos dos protocolos TCP/IP e a conexão em rede a partir de computadores, também um programa de fonte aberta (CASTELLS, 2017).

CIBERESPAÇO: ORIGEM, CONCEITO E SUA ESPACIALIDADE MATERIAL

O termo ciberespaço teve origem em 1984, ganhando notoriedade a partir do trabalho do romancista americano-canadense, William Gibson, em seu clássico livro de ficção científica *Neuromancer* (GIBSON, 1984). Nas ciências humanas o termo passou a ser debatido nos anos 1990 principalmente pelas mãos de pesquisadores como Arturo Escobar (1994) e Pierre Levy (1996), se expandindo para outras áreas do conhecimento. No que se refere ao debate em uma perspectiva geográfica, o ciberespaço foi abordado pela primeira vez em 1993 pelo geógrafo britânico Michael Batty na revista *Environment and Planning B: Planning and Design*.

Partindo de uma perspectiva geográfica, sob o prisma da Geografia Política, conceitos como ciberespaço e território digital são essenciais para a compreensão desta pesquisa, contribuindo para nossa compreensão do bolsonarismo, tais como seu crescimento e suas articulações dentro dos espaços virtuais.

Como bem analisado por Israel (2021), o ciberespaço não é um espaço paralelo ao espaço material, muito menos um espaço superior ou transcendente, mas, sim, um espaço produzido a partir da materialidade técnica presente no espaço material. Assim, compreende-se o ciberespaço como um espaço virtual fruto de um objeto técnico material (a internet), o qual precisa de uma espacialização no espaço geográfico para sua existência, seja de cabos, fios, computadores, roteadores etc., não sendo possível existir sem esse conjunto técnico que possibilita a conectividade (ISRAEL, 2022).

No que se refere a questão técnica mencionada acima, Milton Santos já pontuava em seus estudos sobre o espaço geográfico que “a base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares” (SANTOS, 1994, p. 63).

Nesse contexto, este estudo parte da abordagem do ciberespaço defendida por Carolina Israel (2021) entendendo-o como um espaço virtual proporcionado pelas redes de telecomunicações, apresentando-se como um espaço de comunicação, relações sociais, culturais e políticas (MONTEIRO e PICKLER, 2007).

Dito isso, entendemos que as relações que acontecem dentro do ciberespaço possuem influências socioculturais da dimensão material, ou seja, influências dos espaços físicos e concretos, possibilitando um “transporte” das relações do espaço material para o espaço virtual, ou vice-versa, reforçando ainda mais a ideia da qual o espaço virtual está diretamente associado como o espaço material e não são separados por conta de suas dimensões (NOGUEIRA e VAS, 2019).

No âmbito do fazer político, entendemos que, embora o ciberespaço tenha sua importância para ser um “ativador” ou “mobilizador” dos espaços políticos, é na materialidade física dos espaços geográficos que a luta

política se faz primordialmente (AZEVEDO e BRULE, 2021). Tal lógica é essencial para a compreensão da pesquisa, sobretudo no que será exposto mais à frente em relação às articulações de extremistas bolsonaristas dentro do ciberespaço.

TERRITÓRIO E POPULISMO DIGITAL

A abordagem do território digital segue a mesma lógica do ciberespaço, não sendo algo independente do espaço material, muito pelo contrário, ele precisa dessa espacialização técnica do espaço geográfico para existir, como mencionado anteriormente.

Adiante, é importante mencionar que o território digital não é visto como separado do ciberespaço e, sim, como algo produzido a partir desse espaço, atrelado diretamente a relação de poder e a relações sociais, políticas, culturais e econômicas existentes dentro do ciberespaço (BICALHO, 2016), produzindo, assim, o território digital.

Partindo de uma análise da geografia clássica acerca dos estudos do território, em especial da geografia política de Friedrich Ratzel, compreendendo a produção do território a partir da dominação e ocupação do solo – logo, do espaço terrestre – (ISRAEL, 2021) em um contexto histórico de neo-imperialismo do século XIX, a qual a Alemanha apresenta-se como o berço da geografia enquanto ciência em um período de sua efetivação enquanto Estado-Nação, deixando para trás uma antiga formação de feudos eclesiásticos, reinos e cidades livres, apresentando-se enquanto uma grande dispersão no espaço geográfico (RIBEIRO, 2009).

A geografia política de Ratzel abre possibilidades para compreender a formação de outros territórios partindo da mesma lógica das relações de dominação, apropriação e de poder sobre determinados espaços, além de relações sociais, políticas e econômicas, permitindo compreensões geográficas para o entendimento do conceito de território digital, principalmente por conta das características citada acima.

Assim, a dominação e apropriação da internet, isto é, do objeto técnico especializado, forma o território digital, partindo diretamente de uma compreensão geográfica do espaço material e da dominação do mesmo por forças

hegemônicas, conseqüentemente, a dominação do espaço virtual, o qual a técnica produz o ciberespaço, desencadeando a produção do território digital em dupla compreensão, seja em uma dimensão material, seja uma dimensão imaterial.

Dessa forma, o território digital não está dissociado da espacialidade física, como já citado, tampouco das características que produzem o território material, tal como as relações de poder e os conflitos existentes dentro dele por atores e grupos que integram esse espaço (CASTRO, 2005), estando sob domínio de grandes potências hegemônicas que controlam a técnica e a informação, exercendo forte influência sobre esses espaços, tal como a exemplo disso é o Estados Unidos, cujo detém 10 dos 13 servidores *Domain Name System (DNS)*, em português, Sistema de Nomes de Domínio, produzindo forças verticais e articulações horizontais (ISRAEL, 2022).

O ciberespaço também está ligado a uma questão jurídica, a qual controla a virtualidade. Compreendemos as jurisdições presentes no ciberespaço; pode-se citar exemplos das redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, que territorializam-se em países para além de suas fronteiras geográficas, levando consigo suas normas extrajurídicas a esses novos territórios, os quais estão territorializando-se (ISRAEL, 2020).

Assim, elas trazem normas aceitas em seus países de origem, todavia, são normas que podem não ser aceitas nos países o qual elas estão expandindo-se, comprometendo a soberania local sobre o uso da internet em vários aspectos (ISRAEL, 2020).

Por fim, para além do que foi citado anteriormente sobre o conceito de território, possibilitando horizontes para a compreensão do território digital a partir da lógica de espacialidade material, dominação, apropriação, conflitos e relações de poder, Duarte (1999) vê no ciberespaço a possibilidade de formação de comunidades e grupos no qual os sujeitos que integram esse espaço não necessitam se conhecer fisicamente para trocar ideias, informações e experiências, logo, podendo organizar-se politicamente em pró de interesses políticos, ideológicos, culturais e econômicos que sejam semelhantes aos seus.

Como já mencionado, este estudo procura compreender o crescimento do bolsonarismo dentro do território digital, evidenciando-se o populismo digital (SCHWARCZ, 2019) o qual acompanha esse movimento de

extrema direita, favorecendo a visibilidade de políticos ligados a esse movimento emergente e tendo como principal exemplo o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro.

O avanço de figuras políticas e grupos com discursos e práticas autoritárias têm se intensificado cada vez mais no atual cenário político global. Articulados dentro das redes digitais, esses grupos passaram a organizar-se no ciberespaço, destilando ofensas contra grupos minoritários, espalhando teorias da conspiração, ênfase para a pandemia de COVID-19, cooptando mais pessoas para seus campos ideológicos, atacando o processo eleitoral e colocando em risco o modelo de democracia representativa vigente em muitos países.

No âmbito de análise global, a Geopolítica nos permite analisar a atual conjuntura do cenário internacional a partir da ascensão de uma direita populista contemporânea, como analisa Benjamin Teitelbaum (2021) ao fazer um estudo etnográfico em diferentes escalas geográficas com alguns dos principais expoentes da extrema direita contemporânea, sendo eles: 1 – Alexandr Dugin, na Rússia; 2 – Steve Bannon, no Estados Unidos; e 3 – Olavo de Carvalho, no Brasil.

Nesse estudo, Teitelbaum percebe a articulação desses líderes extremistas e suas atuações em seus respectivos países, sobretudo o populismo, aqui, compreendido a partir do supracitado populismo digital, evidenciando forte atuação dentro das redes digitais no intuito de cooptar e influenciar usuários conectados em redes e que passaram a acompanhar essas figuras de extrema direita, aderindo e defendendo pautas tradicionalistas, antidemocráticas e conspiratórias encabeçadas e defendidas por eles.

Todavia, o foco deste trabalho é compreender a atuação e articulação da extrema direita bolsonarista em uma menor escala, logo, dentro dos limites fronteiriços brasileiro, fortalecendo o campo analítico da Geografia Política que possibilita tal análise, não invalidando a importância de uma contextualização Geopolítica sobre o crescimento da extrema direita populista a nível global.

Por populismo digital, entende-se como uma nova forma de fazer política a partir da integração das redes digitais na sociedade, a qual políticos com discursos autoritários atacam as instituições democráticas, a imprensa livre e aos intelectuais, vendendo-se como novo e diferente de tudo que já foi testado, aproveitando-se da dinâmica das redes digitais para aumentar sua base eleitoral a partir do populismo (digital) (SCHWARCZ, 2019).

Frente ao populismo digital de Jair Bolsonaro, percebeu-se constantes ataques a grupos como professores, universidades públicas, imprensa, intelectuais, especialistas e a classe artística, fortalecendo sua base eleitoral, taxando esses grupos como inimigos, o lado da mentira e de tudo que há de pior, enquanto o lado oposto, logo, o da direita e, evidentemente, o seu próprio lado, como o lado certo, o lugar da verdade e da moralidade (CESARINO, 2019).

Desta maneira, a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, especialmente a de 2018, foi incorporada de conteúdos alarmistas e conspiratórios na intenção de esvaziar o debate público e estabilizar-se como populista para o grande público (CESARINO, 2019).

DAS JORNADAS DE JUNHO AO BOLSONARISMO

As jornadas de 2013 foram grandes manifestações que alteraram os rumos e a dinâmica da política brasileira, representando, na visão de Pinheiro-Machado (2019), uma das maiores manifestações populares da virada do século XX, marcando fortemente a história do Brasil contemporâneo, uma vez que foi responsável por reunir milhares de pessoas que tomaram as ruas do país reivindicando pautas sociais diversas.

Estas manifestações tiveram forte influência de outras mobilizações políticas que aconteceram ao redor do mundo, especialmente a Primavera Árabe, a qual se deu por um conjunto de levantes e manifestações populares ocorridas em vários países do Oriente Médio, majoritariamente em sua parte Ocidental, e no norte da África, entre os anos de 2010 e 2012.

A Primavera Árabe trouxe grandes mudanças para o Oriente Médio, mas também influenciou outras mobilizações, como as greves gerais que aconteceram na Grécia em decorrência de pautas econômicas contrárias à população, ao Movimento 15M na Espanha e aos movimentos sociais que vieram a eclodir em junho de 2013, no Brasil (OLIVEIRA, 2020).

Embora situada temporalmente em junho, as jornadas de 2023 se estenderam ao longo daquele ano, sendo tratadas até aquele momento como uma manifestação legítima e democrática, uma vez que pediam por mais

investimentos na educação, saúde e segurança pública, e, o mais marcante entre as reivindicações: a diminuição de 20 centavos nas tarifas de metrô e ônibus, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro.

A presidente à época, Dilma Rousseff (PT), passou a ser alvo de críticas dos manifestantes, tornando-se pauta recorrente nos protestos, recebendo críticas pelos gastos do Governo Federal com a Copa do Mundo que viria acontecer no ano seguinte, além de acusações de corrupção envolvendo seu governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados políticos.

O ano de 2014 é crucial para se entender as consequências das jornadas de junho como um marco na crise institucional a qual a democracia brasileira começou a enfrentar. Isso se deu, em um primeiro momento, por meio das eleições presidenciais daquele ano, uma vez que o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, não aceitou sua derrota para então candidata à reeleição, Dilma Rousseff, e passou a contestar a segurança das urnas eletrônicas, pedindo a recontagem dos votos.

Tal acontecimento seria apenas o começo dos ataques contra o sistema eleitoral, o qual passou a intensificar-se ao longo dos anos seguintes, causando sua fragilidade frente aos movimentos conservadores ligados à extrema-direita, tendo o bolsonarismo como um exemplo.

Ainda em 2014, movimentos como Vem Pra Rua, com origem à esquerda do espectro político brasileiro até o ano anterior, logo tiveram seu slogan usurpado pelos manifestantes (PINHEIRO-MACHADO, 2019), eclodindo manifestações em várias partes do país, em especial em São Paulo.

Foi nessa conjuntura que a democracia brasileira passou a ser atacada, ainda que de forma tímida, por alguns manifestantes que ocupavam as ruas nos anos de 2014 e 2015. Placas pedindo intervenção Militar já eram vistas com mais frequência por manifestantes que passaram a utilizar a blusa da seleção brasileira de futebol como uniforme e pediam o impeachment de Dilma Rousseff. Esse movimento também ganhou as mídias digitais, se popularizando através de blogs, memes, vídeos e trocas de mensagens em grupos ligados à direita.

Um dos beneficiados com esse novo cenário e que progressivamente se consolidava na política brasileira foi o até então ex-militar acusado de terrorismo e deputado federal pertencente ao chamado “baixo clero” do Congresso Nacional, Jair Messias Bolsonaro, que sob apoio de grupos como Movimento Brasil Livre e radicais de direita, ganhou popularidade nas redes sociais, aproveitando-se do populismo digital para fortalecer sua base eleitoral (SCHWARCZ,2019).

Esse movimento político, que viria a ser denominado de bolsonarismo, foi fortemente influenciado não só por junho de 2013, como também pelo caos político que se instalou nos anos posteriores às jornadas. A ascensão de Bolsonaro possibilitou não só que suas pautas ocupassem o centro do poder, mas também o imaginário popular por meio das redes digitais.

BOLSONARISMO E ANTIESTRUTURA

Como vimos, é na crise do segundo governo da ex-Presidente Dilma Rousseff que o fenômeno do bolsonarismo emerge na conjuntura política brasileira. Seu entrelaçamento com a extrema direita nacional desencadeou uma nova agenda baseada em uma agenda de ataques às instituições e direitos sociais, de intolerância à pluralidade cultural e de enfraquecimento à democracia sob a ameaça de golpe por intervenção militar. Com efeito, conforme observa Souza (2020, p. 49-50):

(...) a eleição e os primeiros anos do governo Bolsonaro indicam a tentativa de romper com o dilema neoliberalismo/neodenvolvimentismo, estabelecendo uma proposta de mais “neoliberalismo”, agora modulado dentro de uma retórica autoritária, muitas vezes entrelaçadas com características neofacistas.

Portanto, o bolsonarismo com o viés antidemocrático entra em cena e subverte a democracia brasileira, que se apresenta superficial e dominada em todos os aspectos do imaginário-simbólico e material pela barbárie das narrativas negacionistas e conspiratórias, cujas propagações se devem, principalmente, às plataformas e aos

usuários das mídias digitais. Nessa arena do on-line, o discurso de ódio rapidamente se difunde, inaugurando a era da desinformação.

Por suas características, o bolsonarismo não deixa de representar uma anomia social, pois seus atributos se desvencilham do interesse público, com traços significativamente autocráticos se distanciam das aspirações democráticas. Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 66-69)[1]: “líderes antidemocráticos são muitas vezes inidentificáveis antes de chegarem ao poder”. Contudo, os autores propõem quatro parâmetros, se corretamente observado, poderá fornecer pistas contundentes de tendências autoritárias, os quais se resumem em: “um compromisso débil com as regras do jogo democrático (...); negação da legitimidade dos oponentes (...); tolerância ou encorajamento à violência (...); uma tendência a restringir liberdades civis de rivais e críticos (...)”.

Esses sinais, como são chamados pelos autores, são perceptíveis no bolsonarismo, como bem observa Rennó (2022, p. 153): “O bolsonarismo encontra ambiente fértil para se enraizar em consonância com as preferências políticas da população. Isso reforça no significativo apoio da população a soluções antidemocráticas e críticas da democracia”. Daí resulta duas emblemáticas constatações do caráter autoritário e golpista do bolsonarismo, que ganham manchetes nas redes sociodigitais e canais oficiais de comunicação: ataques ao processo eleitoral e compartilhamento da ideia de golpe militar.

O mesmo pode verificar-se com o lamentável acontecimento do dia 08 de janeiro de 2023, em que se presenciaram atos golpistas nas sedes dos três Poderes, sinais inequívocos que realçam a ideia de que o bolsonarismo é antidemocrático. A essa interpretação temos a contribuição de Rocha (2023, p. 4): “De fato, aceitar a derrota da candidatura que defendemos é condição *sine qua non* do processo democrático. Em contrapartida, não aceitar a vitória do outro é o primeiro passo adotado em aventuras golpistas”.

Esse resultado negativo que envolve o bolsonarismo, cristaliza-se quando suas estratégias adotam uma retórica de demonização ao oponente. Tudo isso se torna claro nos discursos de ódios, repletos de armadilhas moralizantes, com jargões como “subversivos”, “antidemocráticos” etc. Com efeito, um arsenal de *fake news* para deslegitimar o outro, criando uma lógica que Rocha (2023, p. 37) interpreta como: “(...) o jogo só possui lisura se o time deles ganha o campeonato, em um vale tudo que envolveu terrorismo doméstico”.

Além disso, o bolsonarismo produz uma violência simbólica e real aqueles outros que travam uma batalha ideológica contrária. Em outras palavras, seus produtos digitais estão repletos de objetos meméticos, como gestos de arminhas e de metralhar, criando um imaginário de aniquilamento do adversário, que nas redes sociodigitais se constituiu numa força poderosa para instrumentalizar o ódio e o ressentimento coletivo. Por isso, instalou-se um terrorismo político entre as massas digitais, que Rocha (2021) vai denominar como “o paradoxo da guerra cultura bolsonarista”, pois o entrincheiramento das ideias criou efeitos catastróficos nos aspectos relacionais da política brasileira, apesar de se constituir como eficiente no avanço da extrema direita na máquina governamental.

Por todas essas razões o bolsonarismo em suas bases se estabelece em campo oposto à democracia, sendo um que movimento almeja um passado sombrio da política brasileira, com apologia à ditadura e torturadores. É isso que nos chama a atenção, uma narrativa entrelaçada de imaginários antidemocráticos, repleta de crenças conspiratórias e retóricas de ódio, instrumento de degradação humana:

Nós somos a maioria. *Nós* somos o *Brasil* de verdade.

(...)

Petralhada, vai tudo vocês pra *ponta da praia*. Vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês. Será uma *limpeza* nunca visto (sic) na história do Brasil (AZEVEDO, 2020 apud ROCHA, 2021, p. 114).

Nesse contexto, Cesarino (2022) vai interpretar o bolsonarismo como uma antiestrutura chamando atenção para a obra de Turner, *O Processo Ritual*. Assim, a autora se distancia de uma abordagem do fenômeno enquanto causalidade, própria da visão linear e determinista, apega-se ao caráter não linear da antiestrutura para uma análise de convergência. Como bem salienta Cesarino (2022, p. 27): “Via de regra, no Ocidente aprendemos a ver o mundo segundo uma visão linear e determinista. Já as perspectivas de viés sistêmico, embora sempre estivessem presentes na história moderna, tendem a ocupar posições marginais”.

Em torno dessa interpretação, dificilmente se pode escapar das acirradas polarizações dos discursos ou das ações, que coexistem enquanto avesso, pois a crise da democracia, enquanto estrutura, e de suas metalinguagens abriu uma fenda que possibilitou o triunfo do negacionismo, do extremismo e da antiestrutura que flutua à margem pela inversão da ordem. Daí a importância do estudo do bolsonarismo enquanto antiestrutura, pois, diferentemente de um ritual, em que a antiestrutura criada momentaneamente, que interrompe os laços de “caráter jurídico e político da estrutura (...) em pouco tempo se transforma em estrutura, na qual as livres relações entre indivíduos convertem-se em relações governadas por normas, entre pessoas sociais” (TURNER, 1974, p. 161). Contudo, a antiestrutura do Bolsonarismo não possui a função de restaurar a democracia, pois não se trata de um processo simbólico de ritual de passagem, enquanto um totem corrompido, não pretende vencer a crise e fortalecer a estrutura, seu populismo apregoa uma verdade pautada num projeto autoritário de permanência e de suplantação do Estado Democrático de Direito.

Os acontecimentos sociais da vida na estrutura exigem regramento. Na antiestrutura, diferentemente, abre-se um espaço liminar que separa o indivíduo dessas exigências, pois se trata de uma fase transitória. Aliás, na liminaridade o indivíduo “deve ser uma tabula rasa, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo (TURNER, 1974, p. 127). De fato, as massas digitais estão sempre ávidas pelas informações disseminadas pelas *fake news*, que replicarão sem reflexão os conteúdos digitais como se fosse uma verdade. Com isso, contribuíram espontaneamente para a propagação do populismo e conspiracionismo presente no bolsonarismo, fenômeno condicionado pelas novas mídias, pois para Cesarino (2022, p. 62) elas são capazes de fazer que: “os usuários das plataformas se sintam mais livres e soberanos exatamente lá onde estão sendo mais influenciados”.

A antiestrutura, portanto, é estar fora do sistema. Decerto, estão contidos nela os aspectos antidemocráticos abordados alhures. Cesarino (2022, p. 75) declara que:

(...) o governo Bolsonaro é e não é o retorno dos generais do Regime Militar de 1964. A irrupção da antiestrutura não vem de fora do sistema, mas tampouco se dá exatamente da mesma forma que antes. Os repertórios antiestruturais nunca são totalmente novos, contudo, são recuperados a partir do ‘arquivo mimético’ (MAZZARELLA, 2017) latente que havia sido subsumido pelas ortodoxias vigentes num ciclo histórico anterior.

É interessante prestar a atenção ao fenômeno das redes sociodigitais e sua lógica do algoritmo no bolsonarismo, que, repentinamente, passaram a proliferar objetos meméticos e *fake news* em ritmo vertiginoso. Pois, a resposta primeira e imediata é acreditar na sua neutralidade, e que se trata de um instrumento que em si mesmo não tem preferências, portanto, incapazes de serem responsáveis por efeitos indesejados promovidos pela extrema direita brasileira na plataformização. Porém, Cesarino (2022, p. 87-88) permite inferir que: “a atual infraestrutura das novas mídias possui um viés político, e que esse viés é favorável à direita iliberal, aos conspiracionismo e às demais forças antiestruturais que ressoam em seu entorno”. Por isso, a importância de um senso crítico para compreender a lógica e a funcionalidade do bolsonarismo, pois a trama possui forças invisíveis dinamizando seu estado de permanência.

Podemos concluir que os efeitos da significação do movimento bolsonarismo sempre nos remetem a aspectos da antiestrutura, que rompem a espacialidade da democracia. Há muitos motivos para admitirmos isso, pois o bolsonarismo não deixa de ser uma emergência de regime totalitário, por muito pouco, a massa enfurecida não criou as condições ideais para a implantação de uma ditadura, quando tomou os três Poderes. De fato, após a derrota nas eleições de 2022 apelou-se à violência. Para Ortega y Gasset (2016, p. 148) a massa sempre radicaliza de forma subversiva:

A civilização não é outra coisa senão uma tentativa de reduzir a força à *última ratio*. Agora começamos a ver isso com clareza de sobra, porque a “ação direta” consiste em inverter a ordem e proclamar a violência como *prima ratio*, a rigor, como única razão. Ela é a norma que propõe a anulação de toda a norma, que suprime toda intermediação entre nosso propósito e sua imposição. É a *Charta magna* da barbárie.

(...)

(...) Esse sempre foi o modo de operar natural das massas.

Decerto, existem, sim, preferências históricas que fazem o bolsonarismo trilhar ideais políticos distantes dos valores democráticos. Seu slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” remete ao conceito hegemônico também buscado por Mussolini: “tudo pelo Estado; nada fora do Estado; nada contra o estado” (ORTEGA Y GASSET, 2016, p. 201). O que tem lugar no nacionalismo fascista, também cria forma no bolsonarismo, suas bandeiras e gestual meméticos são típicos de movimentos antidemocráticos.

Portanto, para Gonçalves (2020, p. 221): “Alguns traços unem o governo Bolsonaro e o fascismo histórico: o conservadorismo, o anticomunismo, o uso das teorias de conspirações e a visão de mundo baseada na diferenciação entre amigos e inimigos”. Certamente, líderes antidemocráticos deixam rastros, o lema “Deus, Pátria, Família” é expressão inequívoca do arsenal simbólico e político do populismo de direita e de extrema-direita que apresentam vários disfarces como a intolerância, o conspiracionismo e o negacionismo. Aí surge a questão: até que ponto o ciberespaço contribui para o avanço desses movimentos de natureza neofascistas? Se as novas mídias constituem terreno fértil para promovê-los, exige-se coragem para impô-las limites, de tal forma que seus usuários não invadam o espaço do outro com desinformações e/ou pseudociências com o intuito de feri-lo em sua dignidade:

A atmosfera de medo criada pela enxurrada de narrativas conspiratórias e relatos de efeitos adversos e mortes pós-vacina (incluindo vídeo de crianças mortas ou convulsionando) no Telegram, Whatsapp ou YouTube empurrava pessoas já vacinadas e pais assustados para os serviços oferecidos por esses médicos no Instagram (...) (Cesarino, 2022, p. 264).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no levantamento sistematizado da literatura, podemos observar que o ciberespaço é um espaço virtual criado a partir da materialidade técnica dos espaços físicos (ISRAEL, 2022), possibilitando, assim, a formação do território digital enquanto um espaço permeado de relações sociais, políticas, culturais e econômicas (DUARTE, 1999), servindo de abrigo para vários grupos que se organizam dentro desse espaço virtuais.

Assim, por ser um espaço virtual que possibilita a formação de grupos e comunidades de acordo com os interesses semelhantes dos usuários que integram esse espaço, a literatura aponta que o território digital é um espaço que emerge a partir do ciberespaço, assim como das características de poder, controle e dominação, favorecendo atuação de figuras e grupos políticos que aproveitam-se da integração das mídias digitais na sociedade para consolidar-se como populistas (digitais) (SCHWARCZ, 2019), possibilitando uma nova forma de ativismo, o ativismo digital (MUSSUCHIN, 2022), decorrente das plataformas digitais que hoje são as principais ferramentas utilizadas pela extrema direita nacional e internacional para atuar politicamente.

Denominado de negacionista, anticientífico e autoritário (SILVEIRA; ROSA; SOUZA, 2022), a figura de Jair Bolsonaro foi uma das principais figuras a qual aproveitaram-se desse dinamismo das redes digitais para popularizar sua imagem e chegar ao centro do poder, assim como o movimento político que emergiu a partir de sua atuação e popularização, do bolsonarismo. Entendido como um movimento de extrema direita, defensor de pautas conservadoras e ultranacionalistas, foi possível pontuar que bolsonarismo se difere da direita tradicional brasileira, sobretudo aquela que antecede a década de 2010, como aponta Rennó (2022).

Acompanhado de um discurso violento e mentiroso em vários aspectos, o bolsonarismo aproveitou-se da dinâmica das redes digitais para organizar-se politicamente, atacar constantemente grupos minoritários e os direitos humanos (MUSSUCHIN, 2021), além de utilizar *fake news* como uma ferramenta política para falsificar relatos, inventar ou alterar os fatos em larga escala nas mídias digitais em virtude a um interesse de um determinado indivíduo ou grupo (GOMES; DOURADO, 2019), espalhando teorias da conspiração dentro do ambiente virtual na intenção de influenciar o processo eleitoral (DA SILVEIRA; ROSA; SOUZA, 2022).

Em evidência a isso estão as eleições de 2018, a qual Jair Bolsonaro, assim como o bolsonarismo, espalharam mentiras de forma sistemática para o grande público, tais como ideologia de gênero, “kit” gay e até um suposto regime comunista caso o Partido dos Trabalhadores viesse a ganhar as eleições daquele ano, resultando na vitória de Jair com 51,89% dos votos válidos, contra 48,11% de Fernando Haddad (TSE, 2018).

Tal situação não ficou restrita às eleições de 2018, (re)aparecendo nas eleições de 2022 com maior intensidade no território digital. Polarizando, mais ainda, o cenário político e fragilizando o processo eleitoral e a democracia brasileira com a invasão frustrada aos três poderes em janeiro de 2023, a qual se consolida na espacialização de tudo que foi planejado e articulado dentro do território digital por militantes bolsonaristas.

Bibliografía de la ponencia

AZEVEDO, Daniel Abreu de; BRULE, David Melo van den. Ciberespazo é a nova panaceia da democracia? **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 20, p. e20009, 2021.

BICALHO, Maria Gabriela Parenti; MORAIS, Rossana Cristina Ribeiro. Ciberespazo e território: construção de uma discussão interdisciplinar. **PerCursos**, v. 17, n. 34, p. 05-23, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Bertrand Brasil, 2005.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubo Editora, 2022.

CESARINO, Letícia. Populismo digital, neoliberalismo e pós-verdade: uma explicação cibernética. **VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**, 2019.

DUARTE, Fábio. Democracia no território digital. **Comunicação & Educação**, n. 14, p. 27-32, 1999.

ESCOBAR, Arturo et al. Welcome to Cyberia: Notes on the Anthropology of Cyberculture [and comments and reply]. **Current anthropology**, v. 35, n. 3, p. 211-231, 1994.

GIBSON, William. Neuromancer (1984). In: **Crime and Media**. Routledge, 2019. p. 86-94.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **Fascismo à brasileira:** Como o integralismo, maior movimento de extrema-direita da história do país, se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

ISRAEL, Carolina Batista. **Redes digitais:** espaços de poder: por uma geografia da Internet. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 376p.

ISRAEL, Carolina Batista. Território, jurisdição e ciberespaço: entre os contornos westfalianos e a qualidade transfronteiriça da internet. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 24, n. 1, p. 69-82, 2020.

ISRAEL, Carolina Batista. Um excursão sobre a Geografia da Internet e do ciberespaço: revisitando os legados teóricos. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 221-236, 2021.

LEVITSKY, Steve; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Editora Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. Essai sur la cyberculture: l'universel sans totalité. **DiversCité Langues**, v. 1, 1996.

Malheiro, Bruno. **Geografias do Bolsonarismo:** entre a expansão das commodities, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil. Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022.

MONTEIRO, Silvana Drumond; PICKLER, Maria Elisa Valentim. O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 3, p. 1-21, 2007.

NOGUEIRA, Cássio Cipriano; VAS, Braz Batista. Percepções sobre ciberespaço e territorialidade digital: estudo exploratório com foco em aspectos socioculturais presentes na deep web e dark web. **Revista Observatório**, v. 5, n. 6, p. 272-304, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Fettermann Rodrigues. As manifestações de 2013 no Brasil à luz da primavera árabe e de movimentos populares europeus. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 5, n. 2, p. 57-70, 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas.** Campinas: Vide Editora, 2016.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, p. 147-163, 2022.

RIBEIRO, Guilherme. Luta pela autonomia e pelo território: geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 8, n. 15, p. 19-28, 2009.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultura e cultura do ódio**: Crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. Local: Editora, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SILVEIRA, Felipe Lazzari; ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczek. Negacionismo científico e tecnologias algorítmicas em tempos pandêmicos: etnografia das narrativas bolsonaristas em grupos de WhatsApp. **Revista Opinião Filosófica**, v. 13, n. 1, p. 1-29, 2022.

SOUZA, Marco Aurélio Dias. A busca pela popularidade e a disputa entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Bolsonaro. **Revista Sinais**, v. 1, n. 24, 2020.

TEITELBAUM, Benjamim R. Guerra pela eternidade. In. TEITELBAUM, Benjamim R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual**: estrutura e antiestrutura. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Vozes, 1974.